

ATA DA 32ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO DE PROCEDIMENTOS, AÇÕES DE OUTORGA E AÇÕES REGULADORAS, REALIZADA EM BRASÍLIA/DF

Local: Mini-auditório da SRH, SGAN Q 601, Lote 1, Ed. Sede da CODEVASF, 4º andar Brasília/DF. CEP: 70830-901.

Data: 16 de março de 2004.

Início: 09:45h

Término: 16:40h

PARTICIPANTES:

Ministério do Meio Ambiente: Roberto Alves Monteiro (roberto.monteiro@mma.gov.br)

Ministério do Meio Ambiente – ANA: Luciano M. C. da Silva (lmeneses@ana.gov.br)

Ministério dos Transportes: (ausência)

Ministério das Cidades: (ausência)

Ministério da Integração Nacional: (ausência)

Ministério das Minas e Energia: Carlos R. da Costa (carlosrodrigues@dnpm.gov.br)

Conselhos Estaduais GO/DF: (ausência)

Conselhos Estaduais MG/ES: Maria Luiza Silva Ramos (malu@igam.mg.gov.br)

Conselhos Estaduais SP/RJ: Leila de Carvalho Gomes (lgomes@sp.gov.br)

Conselhos Estaduais PR/MT: Norberto Ramon (ramon@pr.gov.br)

Conselhos Estaduais CE/BA: (ausência)

Conselhos Estaduais RN/AL: Vera Lúcia Lopes de Castro (veracastro@rn.gov.br)

Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Teresa Maria Arruda Lana (teresa.lana@emae.sp.gov.br)

Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário: Leane Chamma Barbar Przybysz (ausência)

Portuários e Hidroviários: André Luiz Ferro de Oliveira (andre.ferro@cnt.org.br)

Indústria: Reginaldo Gomes da Silva (rgomes@ambiges.com.br)

Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: (ausência).

CONVIDADOS:

César Augusto Paulino Grandchamp – MBR – (cpg@mbr.com.br)

Dário Moraes de Almeida – DNPM – (dario@dnpm.gov.br)

Edion Vargas Nunes – CERH/MT – (direh@fema.mt.gov.br)

Hilda Reneck Teixeira – ANA – (hilda@ana.gov.br)

Leandro Quadros Amorim – MBR – (lqa@mbr.com.br)

Luiz Antonio Torres das Silva – ANEPAC – (agraconsultores@uol.com.br)

Marcelo Taylor de Lima – CNI – (mtaylor@cni.org.br)

Oswaldo F. Rosseto Junior – Hidroviário – (orosseto@sp.gov.br).

RELATORIA:

Raquel Scalia Alves Ferreira (raquel.scalia@cnrh-srh.gov.br).

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

Às 09:45h do dia 16 de março do ano de dois mil e quatro, sob a presidência da Sra. Leila de Carvalho Gomes (CERH/SP), procedeu-se a abertura da 32ª Reunião da Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras -CTPOAR, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH. A Presidente cumprimentou a todos, e passou diretamente ao Item II da pauta. **Item II** – Aprovação da Ata da 31ª Reunião. A Ata foi aprovada com modificações. **Item III** – Apresentação “Procedimentos para Obtenção de Outorga na Mineração”, por representantes: da Agência Nacional de Águas – ANA, do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM e do Departamento de Águas e Energia Elétrica de São Paulo - DAEE. – A Sra. Leila (CERH/SP) solicitou que o representante da ANA, o Sr. Luciano (ANA/MMA), iniciasse a apresentação, onde foram destacados os aspectos analisados nos procedimentos de outorga de uso da água na mineração que, no âmbito da ANA, estão divididos em três análises, a administrativa, a de demanda e a do empreendimento que releva a tipologia de mineração (em leito de rio e fora do leito do

rio) e o fluxograma do processo produtivo. Falou também sobre as categorias de outorga para mineração, sendo captação e obras hidráulicas. Durante as discussões sobre o tema a Sra. Vera (CERH/RN) chamou a atenção para o fato de solicitou que nas ações da ANA de regularização dos usuários do setor minerário, fossem contempladas as áreas de extrativismo mineral dos rios de domínio da União da região do semi-árido, tendo em vista o avanço do processo de desertificação na respectiva região. Dando prosseguimento, a Sra. Leila (CERH/SP) pediu que a representante do IGAM, a Sra. Maria Luiza (CERH/MG), iniciasse sua apresentação que teve foco nos dois principais usos de recursos hídricos na mineração sujeitos a outorga, sendo: 1 - barramento para disposição de rejeitos, contenção de sedimentos e/ou recirculação de água, cujo foco da análise seria a avaliação da sua vida útil em função da capacidade de acumulação, das características do material afluente e do dimensionamento das estruturas de descarga do barramento e 2 - rebaixamento de nível d'água, cujo foco de análise seria a avaliação das interferências e impactos quantitativos e qualitativos, que essa atividade poderia causar nos recursos hídricos na área de influência do empreendimento. Para esse último caso, disse que seriam concedidas duas outorgas, uma para pesquisa hidrogeológica, que teria validade de acordo com o cronograma de pesquisa podendo ser renovada, outra de rebaixamento, que teria validade de dois anos. Foi ressaltado que a outorga é concedida para a vazão do sistema de rebaixamento e não para cada estrutura de captação de água subterrânea. Em seguida, a Sra. Leila (CERH/SP), representante do DAEE, iniciou sua apresentação que destacou, dentre os procedimentos adotados pelo DAEE, a disponibilização por parte do empreendedor do Estudo de Viabilidade de Implantação – EVI, que tem por objetivo servir de instrumento auxiliar para análise de solicitações de manifestação prévia do órgão. Salientou que, nesse estudo, deveriam ser abordadas alternativas de abastecimento de água e de descarte de efluentes líquidos para novos empreendimentos, ou ampliação dos já existentes que necessitem de derivações de recursos hídricos próprios, superficiais e/ou subterrâneos, além de contemplar as derivações de recursos hídricos do empreendimento num contexto regional, avaliando as interferências com outros usuários, as disponibilidades hídricas no local da derivação, a inserção do empreendimento em planos regionais e o enquadramento das condições previstas para as derivações de recursos hídricos nos objetivos, diretrizes e critérios fixados pelo órgão regulador e pelos respectivos Comitês de Bacias, em seus Planos de Bacias Hidrográficas. A Sra. Leila (CERH/SP) sugeriu que fosse proferida a palestra do Sr. Leandro para então dar início aos debates sobre o tema, interrelacionando assim a visão do órgão outorgante e do empreendedor. **Item VI – Apresentação “Plano de Utilização da Água na Mineração Brasileira Reunidas – MBR”** pelo Sr. Leandro Quadros Amorim, Diretor de Meio Ambiente da MBR. A Sra. Leila (CERH/SP) agradeceu a presença do Sr. Leandro (MBR) e solicitou que iniciasse a apresentação, onde foram destacados aspectos relevantes para a extração de minério de ferro, cujo índice de reciclagem de água, segundo palestrante, seria de 90%. O Sr. Leandro (MBR) falou sobre o monitoramento das vazões, principalmente devido ao rebaixamento de nível d'água. Discorreu sobre a formação dos aquíferos de circulação profunda provenientes das características geológicas, a forma de extração da mina com o rebaixamento do nível d'água, a necessidade de retirada de uma vazão maior que a vazão de recarga e o enchimento da cava com a formação de um lago com a possibilidade de utilização dessa água. Destacou ainda a importância da gestão de recursos hídricos respeitando o uso múltiplo em empreendimentos de extração de minério de ferro e o abastecimento de água e a regularização de vazão além do monitoramento do lençol freático. Após a apresentação a Sra. Leila (CERH/SP) solicitou informações sobre o limite explotável e a Sra. Maria Luiza (CERH/MG) lembrou que o IGAM outorga o limite de cota que deve ser mantido, não interferindo no quantitativo explotável. Os Srs. César e Leandro (MBR) colocaram a situação de ausência de regras ambientais (legislação) para o fechamento de minas de minério de ferro e que a MBR, ineditamente, apresentou um relatório para os órgãos de meio ambiente e gestão de recursos hídricos de Minas Gerais para o fechamento de uma de suas minas, procedimento apreciado por esses órgãos. A Sra. Leila (CERH/SP) destacou a importância da parceria do empreendedor com os órgãos de meio ambiente conforme ilustrado pela atuação da MBR e a Sra. Maria Luiza (CERH/MG) apoiou a colocação da

Sra. Leila (CERH/SP) destacando a necessidade da construção de uma rotina de parceria focando principalmente, as renovações de outorga. A Sra. Leila sugeriu o intervalo do almoço sendo das 12:50 às 14:30. A reunião foi reiniciada às 14:40h com a discussão do **Item V** – Encaminhamento para as discussões do GT “Plano de Utilização de Água na Mineração”. A Sra. Leila (CERH/SP) abriu a palavra para a discussão do assunto. O Sr. Dário (DNPM) solicitou a palavra e destacou que a Câmara Técnica seria o fórum mais adequado para a discussão do Plano de Utilização de Água na Mineração. A Sra. Leila (CERH/SP) pediu sugestões sobre os assuntos a serem abordados nas próximas reuniões da Câmara Técnica referente ao tema em discussão; sugeriu que primeiramente fossem debatidas: a questão da forma, o tipo de documento e o seu aspecto jurídico, referente ao Plano de Utilização de Água, previsto na Resolução CNRH nº 29. O Sr. Dário (DNPM) opinou que o documento deveria ser anexo da Resolução CNRH nº 29. A Sra. Leila (CERH/SP) sugeriu que houvesse uma troca de e-mails sobre “algum” documento base que fomentaria a discussão sobre esse assunto. Para tanto, se prontificou a disponibilizar um exemplo de Estudo de Viabilidade de Implantação – EVI, solicitado pelo DAEE no seu procedimento de outorga. O Sr. César (MBR), bem como a Sra. Maria Luíza (CERH/MG), colocaram a importância do documento ressaltar o planejamento num prazo de tempo razoável, aproximadamente de 30 anos, para implementação e exploração de todo o empreendimento minerário. Contudo o Sr. César (MBR) destacou o cuidado para que esse documento não se torne um RIMA e a força que o mesmo teria. A Sra. Leila (CERH/SP) esclareceu que esse documento não seria um EIA, mas uma ferramenta de planejamento aplicado a médio e longo prazo a ser utilizado no planejamento da bacia, considerando as reservas para o empreendimento minerário em questão. A Sra. Hilda (MMA/ANA) lembrou que, de acordo com a Resolução CONAMA nº 237, a outorga seria um dos procedimentos do licenciamento ambiental e o documento em questão auxiliaria nos estudos de licenciamento ambiental e também poderia ser o espaço de inter-relação do licenciamento ambiental com a gestão dos recursos hídricos. A Sra. Maria Luíza (CERH/MG) demonstrou sua preocupação com o grau de exigência do documento. A Sra. Leila (CERH/SP) lembrou que as deliberações do CNRH são orientativas, assim esse documento serviria de orientação para os órgãos outorgantes no que tange o procedimento de outorga. O Sr. César (MBR) questionou sobre a diferenciação/definição entre as classes de tamanho dos empreendimentos, aproveitou para sugerir outras classificações, relativas a finalidade, porte e interferência. O Sr. Dário (DNPM) complementou dizendo que, dependendo do porte do empreendimento, os termos de referência para o Plano de Utilização da Água deveriam ser diferenciados e que este fato foi consenso no âmbito do Grupo de Trabalho. A Sra. Maria Luíza opinou dizendo que a definição existente na Resolução nº 29 seria suficiente para a elaboração do plano, não necessitando de documento complementar, assim minimizando as exigências e o engessamento. O Sr. Luiz Antônio (SINDAREIA/SP) disse que o processo de outorga não deveria ser divorciado do processo de licenciamento ambiental e sugeriu que esse plano compusesse os estudos ambientais. O Sr. Dário (DNPM) então abordou os vários passos do empreendedor para obter as diversas licenças para iniciar a operação do empreendimento, salientando que os órgãos deveriam compartilhar das mesmas informações e planejar conjuntamente. O Sr. César (MBR) abordou a grande quantidade de exigências dos órgãos ambientais e de recursos hídricos para o licenciamento de empreendimentos minerários de curto tempo de exploração, salientando que isso deveria estar contemplado nos termos de referência dos planos de utilização de água. Após as diversas manifestações foi consensado o exercício de se diferenciar 3 tipos de empreendimentos minerários, que possuam uma cultura própria, e que isso seria discutido no âmbito da CTPOAR, estando as atividades do GT – Plano de Utilização de Águas integradas às das CT e que o assunto seria aprofundado na próxima reunião, a partir da reflexão de todos sobre a classificação. Foram solicitadas sugestões, a serem adotadas no documento complementar. A Sra. Maria Luíza (CERH/MG) ressaltou o perigo da classificação considerando as características intrínsecas a cada região e a diversidade de atividades minerárias existentes. **Item VI** – Conhecimento das sugestões elaboradas pela CTIL para a Minuta de Resolução de Reservatórios, a ser apreciada na próxima reunião do CNRH. A Sra. Raquel (MMA/SRH) relatou sobre a discussão ocorrida durante a reunião

da CTIL no que tange a resolução sobre reservatórios ressaltando a não concordância da representante da ANA no que se refere ao texto do art. 6º da proposta em questão, conforme já apresentado pela representante na 31ª reunião da CTPOAR. Cabe ressaltar que a discussão do tema evidenciou a necessidade de se melhorar a definição do art. 4º, inciso XII da Lei nº 9.984. **Item VII** – Plano de Trabalho – Dando continuidade a reunião, a Sra. Leila (CERH/SP) solicitou sugestões de temas para serem abordados nas próximas reuniões e destacou a solicitação da ANA referente a integração dos procedimentos de outorga e licenciamento ambiental, com o intuito de se elaborar uma resolução conjunta entre CNRH e CONAMA, lembrando da existência de um GT sobre o assunto no âmbito do CONAMA, cujas atividades encontram-se paralisadas. Como sugestão de tema ficou consensado uma apresentação sobre a proposta de resolução do CERH/SP que trata da metodologia de restrição de poços, a ser aplicada no estado de São Paulo. Como expectativa ficou até o mês de julho para a conclusão da resolução que trata de água mineral que está sob análise na CTAS. Ainda como tema de discussão acordou-se sobre “comércio de água” e “soluções alternativas de abastecimento” e seu rebatimento na Portaria FUNASA nº 1469. **Item VIII** – Assuntos Gerais – Neste espaço da reunião a Sra. Raquel (MMA/SRH) solicitou informações, aos representantes dos órgãos outorgantes presentes na reunião, quanto à aplicação e adequações provenientes da implantação da Resolução CNRH nº 29. Justificou a solicitação devido às competências determinadas para o CNRH e conseqüentemente para a Secretaria Executiva do mesmo de acompanhamento da aplicação das deliberações do CNRH. O Sr. Dário (DNPM) solicitou contribuições sobre bibliografias que tratem de plano de utilização. O Sr. Roberto (SRH/MMA) informou sobre proposta de criação do Programa de Preservação dos Mananciais – PROÁGUA, no âmbito do Conselho Curador do FGTS. A Sra. Leila (CERH/SP) encerrou os trabalhos da 32ª reunião da CTPOAR às 16:40h agradecendo a presença de todos e ratificando a data do dia 28/04/2004 para a próxima reunião da CTPOAR.

Ata aprovada na 33ª reunião, realizada em 29 de maio de 2004.

LEILA DE CARVALHO GOMES
Presidente

RAQUEL SCALIA ALVES FERREIRA
Relatora